

CEDI

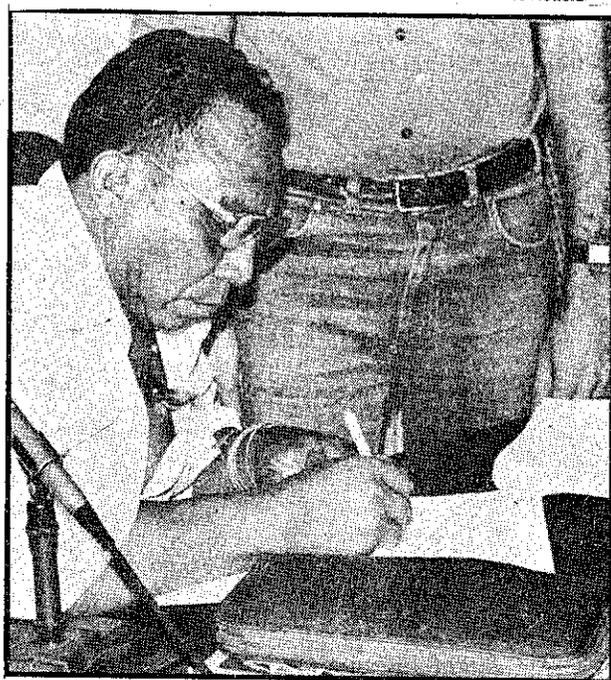
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Notícia

Class.: _____

Data: 22/08/84

Pg.: 02



Dico assina pelos índios e Didier pela empresa estatal francesa, a Elf Aquitaine

Elf paga indenização de 300 mil dólares a índios

Uma doação da Elf Aquitaine aos índios, segundo o diretor da empresa; uma indenização por prejuízos e danos causados à vida e flora da região, para o líder Munduruku Francisco; um momento histórico para o Presidente da Funai, Jurandy, e a hora dos índios fazerem o que sempre exigiram do órgão: administrar rendas, de acordo com o delegado regional da Funai, Aldo Costa. Assim, aconteceu ontem à tarde a entrega do cheque de US\$ 300 mil pela Elf Aquitaine às tribos Saterê-Mawé e Munduruku, como pagamento por danos causados pela presença de bombas nas terras dos índios.

As bombas da empresa exploradora de petróleo, que mataram quatro pessoas não foram citadas, porque como observou o presidente da Funai, "isso faz parte de um passado que deve ser esquecido. Agora, o que importa é que os índios conseguiram uma indenização. Mas para o líder Saterê Raimundo Dico, "foi o menos pior, afinal, acrescenta, se fôssemos esperar pelo resultado da justiça, o mato ia crescer e os fatos seriam esquecidos".

Doação ou indenização

Na abertura da cerimônia, no auditório da Suframa, o diretor presidente da empresa Elf Aquitaine foi convidado a se manifestar. Mesmo justificando-se pelo "português ruim",

Didier Albin foi muito bem compreendido pelos indígenas quando se referiu ao pagamento como doação para as comunidades realizarem as demarcações de terras necessárias "e outros benefícios". Também sem um bom português, o líder dos Munduruku Francisco, chamado a se pronunciar, disse que foi receber a indenização pelos danos causados. E em voz alta, esclareceu a Didier Albin, que os 300 milhões não eram doação, porque "não somos santos para receber esmola".

Comentários em toda a pequena platéia no auditório surgiram como uma bomba, cujo pavio terminou de ser aceso pelo líder Saterê, Raimundo Dico, que disse discordar da opinião de Didier sobre doação. "Este é o pagamento pelos prejuízos que vocês causaram às nossas comunidades. Estamos cobrando o que é justo. Vocês estragaram nossas plantações e causaram mortes", afirmou em tom emocionado. Mais comentários na platéia e a nova justificativa de Didier de que no contrato se fala em doação e indenização, por isso ele usou o termo doação.

Ao contrário do que anteriormente Jurandy havia falado, ainda há muito o que dizer sobre esse problema. "Não podemos esquecer os momentos de desespero e medo que passamos", confessou Tibuci de Oliveira, tuxaua geral do Marau, aldeia dos Saterê, e o primeiro a denunciar a presença de bombas na área. Disse ele que "as bombas estavam entran-

do pela janela e os índios não podiam permitir que isso acontecesse".

Vitória

Mesmo assim, o orgulho era visível nos indígenas e no próprio presidente da Funai. Jurandy lembrou que era lamentável que esse fato tivesse ocorrido, afinal, ele trouxe e ainda vai trazer profundas modificações na vida dos índios. Entretanto, ressaltou que "as comunidades conseguiram uma grande vitória, ao receberem essa quantia em dinheiro como uma tentativa de reaver os prejuízos sofridos. "Um prejuízo que a Funai é co-autora, já que permitiu a presença da empresa numa área reconhecidamente indígena". Esta mesma alegação foi dada pelo diretor da Elf no Brasil. Nada foi feito sem a permissão da Petrobrás e da Funai, disse Didier Albin, que fez questão de reconhecer o excelente relacionamento com os Munduruku e Saterê, definindo como um relacionamento de alto nível, lembrando ainda que lamenta determinadas versões dos fatos passado como uma idéia errada da empresa.

Mesmo depois de ter encerrado (há mais de um ano) suas atividades na Região, para Didier novos contratos podem aparecer. "O que aconteceu não foi nada especial. Tivemos esse problema na França e por isso nada aconteceu", comentou o diretor ao explicar o porquê da doação ao invés de indenização.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Notícia

Class.: 200

Data: 22/08/84

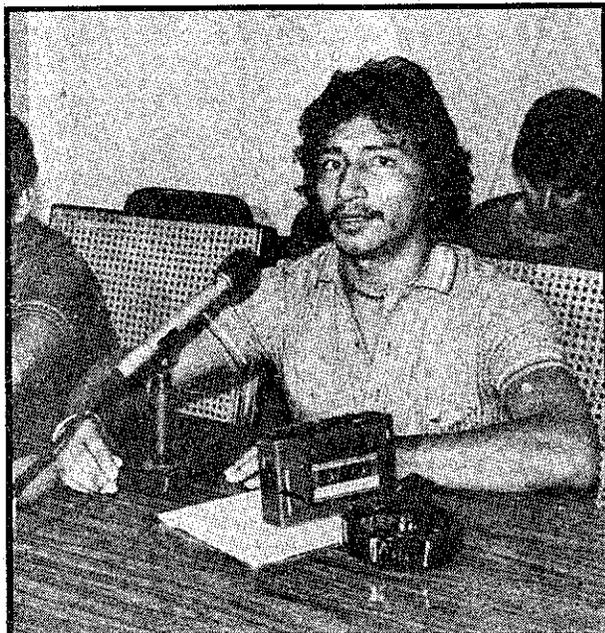
Pg.: 02 (cont.)

Dinheiro da indenização vai ser aplicado na Poupança

A Notícia

A proposta inicial dos índios era de 700 mil dólares, mas depois de muitas discussões resolveram aceitar os US\$ 300 mil oferecidos pela empresa estatal francesa Elf Aquitaine que desenvolvia na Amazônia pesquisas e prospecção de petróleo. Os índios agora pensam aplicar o dinheiro em Caderneta de Poupança, por 3 meses, e a partir daí utilizar apenas os juros. Com ele, os Sateré e Munduruku pretendem resolver problemas sérios nas aldeias. Num documento, distribuído por Dico, ele colocava ainda sob suspeita o pagamento pela Elf. Feito o combinado, há casas para serem consertadas, mantimentos e a serem adquiridos, marcar terras e a compra de máquinas.

Mas é melhor o dinheiro que as bombas, reconheceu o indígena, que segundo o delegado regional da Funai, "vai ter oportunidade de fazer o que sempre exigiu da Funai: administrar rendas em benefício deles". Segundo o líder Sateré, "não há mais cedo, apenas a certeza de que tudo vai melhorar a partir de agora com a indenização".



Francisco, líder Munduruku, protestou

Indigenista

Depois de ter acompanhado toda a trajetória do caso Elf e Munduruku/Sateré, o indigenista Aurélio Michilies também viu como uma vitória o pagamento dos 300 milhões de cruzeiros. Para ele, a entrada desse dinheiro vai mudar, como já ocorre-

ram várias mudanças nas tribos, depois das bombas. Entretanto, faz questão de ressaltar que "a vitória contra a multinacional revelou um aspecto importante e fundamental que é a constante mobilização dos indígenas, até no plano internacional na defesa dos

seus direitos". Os danos morais e ecológicos causados pela Elf e o reconhecimento de culpa da empresa, foram confirmados com a assinatura do recibo de pagamento que para a imprensa francesa, representada na ocasião por uma equipe de jornalistas do "Le Monde", "não passou de esmola".

Dico, que esteve num encontro de comunidades indígenas promovido pela ONU, disse que todos sabiam o que havia acontecido no caso das bombas.

Futuro

Apesar de no contrato ter sido dito que nada mais resta sobre esse acontecimento e de que a empresa nada mais tem a ver com novos acontecimentos de qualquer espécie, as mortes ainda não foram esclarecidas pela Polícia Federal. Não houve diagnóstico, além dos 300 milhões de cruzeiros. Mas os índios ainda esperam os resultados que a PF vai divulgar sobre as vítimas.

Enquanto isso, "apenas a satisfação da indenização" e a certeza de muito trabalho em defesa da causa indígena.

A Notícia



O Presidente da Funai, Jurandir Fonseca, conversa com alguns índios antes da reunião

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Notícia

Class.: 206

Data: 22/08/84

Pg.: 02 (cont)

Saiba como foi encontrada a primeira bomba

No início desta década, quando os índios Sateré-Mawé dos rios Andirá e Marau e os Munduruku das aldeias Coatá-Laranjal no rio Canumã, onde vivem aproximadamente 900 pessoas, começaram a ouvir explosões que espantavam a caça e pesca, promoviam danos ecológicos físicos e econômicos, eles ainda não sabiam que o fato era proveniente das explosões de bombas de nitroglicerina utilizadas pela empresa estatal francesa Elf Aquitaine, que em contrato de risco com a Petrobrás e a permissão da FUNAI em Manaus, começou a realizar pesquisas petrolíferas e levantamentos sísmicos. Promoveram desmatamentos, perfurações com sondas, "com todo apoio logístico inclusive por helicópteros". Entre os Munduruku, que têm como uma das alternativas econômicas o comércio da castanha houve durante esses anos, a dificuldade de sobrevivência devido as detonações provocaram a queda antecipada das flores dessa árvore. Entre os Sateré, além de danos físicos, a índia Maria Faustina, esposa do indígena Geraldo Souza, morreu após utilizar as bombas na tentativa de matar saúvas, como morreu José Batista, sobrinho de Geraldo, "a primeira vítima da família que cheirou aquilo durante uma caçada e morreu gritando de dor mesmo com remédios para dor de cabeça".

Morreram ainda Dacinho Michilis e Lauro Freitas, conforme alegam os Sateré Mawé, e quanto a isto, foram colocadas em dúvidas suas declarações inclusive pela própria FUNAI, pelo fato de não haverem "laudos médicos declarando intoxicações".

Os fatos começaram a repercutir internacionalmente, havendo manifestações e publicações estrangeiras repudiando o fato. Surgiram as divisões internas entre os Sateré-Mawé, o envolvimento direto do jurista Dalmo Dallari ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas. Vários documentos e assembleias foram

realizadas pelos índios na sede da FUNAI em Manaus ainda sob direção do delegado Kazuto Kawamoto, como documentos foram enviados ao presidente da França, embora por duas vezes os indígenas houvessem sido expulsos da embaixada francesa em Brasília, fato publicado pela imprensa local.

A antropóloga francesa Simone Dreyfus foi a área dos índios onde documentou e divulgou os fatos relatados, sem contar com as polémicas surgidas que "forçaram a saída do delegado Kazuto Kawamoto", as declarações do cacique Mário Juruna, o encontro entre os índios, a atual presidência da FUNAI e diretores da Petrobrás e Elf. Ou a ida à Genebra do Sateré Raimundo Ferreira há menos de um mês, acusado publicamente em Manaus, "como uma ovelha negra que pode botar um rebanho a perder" e que, segundo publicação do dia 4 de abril, seria encaminhado por iniciativa da própria FUNAI à Polícia Federal, acusado de receber verbas do exterior para prejudicar a Elf Aquitaine. Foi pedida sua prisão. O diretor da empresa francesa no Brasil, Didier Albin, realizou visitas a jornais locais agradecendo "a acolhida do povo amazense e a dedicação das equipes de trabalho".

No dia 29 de março último, reunido no gabinete do delegado Kazuto Kawamoto, o engenheiro Heitor de Sá, que estava em Manaus "de passagem", opinou que fossem realizadas a exumação dos cadáveres já que havia "cheirado a bomba" e constatado que não eram mortíferas. Naquele dia, os índios foram aconselhados a esconderem as bombas encontradas pois poderiam ser acusados de haverem roubado os explosivos, já que eram de fabricação nacional. Foi sugerido, inclusive, que os índios provassem a existência das bombas não com as fotografias apresentadas pelo índio Raimundo Ferreira, mais "no momento em que eles estivessem cavando a terra e

elas fossem encontradas". No dia seguinte, durante uma "sessão especial" concedida pela Assembleia Legislativa, apesar de algumas autoridades haverem mostrado ironia e sonolência, os indígenas relataram os fatos e as quatro mortes das pessoas, todas com menos de 30 anos. Um telex de repúdio foi enviado ao presidente João Figueiredo. Durante as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC - realizada em Belém no ano passado, durante algumas abordagens sobre a problemática indígena no Brasil, falou-se de uma "mutreta" com relação a primeira indenização aos Sateré Mawé, que ao invés de 50 milhões, o cheque assinado pelos índios foi de 5 milhões de cruzeiros. A segunda indenização entregue a esta nação foi de 8 milhões e meio, aquém dos 500 milhões sugeridos pelo antropólogo Célio Horst que fez o levantamento dos estragos. Aos Munduruku foi paga a indenização de 22 milhões de cruzeiros, também abaixo do que foi calculado por engenheiros florestais, que estipularam os estragos em 7 bilhões de cruzeiros.

No dia 18 de junho, no auditório da Suframa, que pareceu estranho aos índios pela utilização do ar-condicionado e as poltronas roxas, houve o encontro "histórico" dos índios Sateré Mawé e Munduruku, com diretor da Elf Aquitaine Didier Albin, o superintendente da Petrobrás Alfredo Neto, o jurista Dalmo Dallari, o deputado Mário Juruna, o presidente da FUNAI Jurandy da Fonseca, o delegado regional Aldo Costa, representantes da Braselfa, antropólogos e entidades. Os índios Sateré Mawé exigiam a indenização de 320 milhões pela cobertura dos danos e os Munduruku a mesma quantia acompanhada da demarcação de suas terras. Naquele tarde, o diretor Didier Albin disse ser impossível o pagamento da tal quantia pois "não se arriscaria a perder o emprégo na Elf", que mantém empresas em cerca de 35 países do mundo. O superintendente da Petrobrás combateu o termo "invasão" utilizado pelos índios, já que o contrato foi realizado sob os "moldes de exploração, em acordo autorizado com a FUNAI".

Disse ainda que a empresa já não devia as comunidades indígenas e, pelos 97 milhões propostos, disse ser uma quantia acrescida por "sentimentos humanitários". Dizendo ser difícil compreender a sutilidade da situação, o francês Didier

Albin afirma ter sido quase impossível entender a mata e os índios, comunicação que só pode ser efetivada por intermédio da FUNAI - "não temos qualquer sentimento de culpa, tudo foi feito de acordo com os compromissos das autoridades oficiais do país", disse ainda. Como acrescentou que "invasão" também era um termo muito forte visto "não haveremos ocupado definitivamente as terras, só foi uma passagem". Como não lhe convenceu o termo "bomba", que para ele, conforme declarou naquele auditório, "é alguma coisa jogada do céu que explode no meio da população, e a empresa utilizou cartuchos de dinamite enterrados e não na superfície da terra. São cartuchos e não bombas".

Expectativas

Após acordos envolvendo Brasil e França, ficou estabelecido para a tarde de ontem no mesmo auditório da Suframa, o pagamento de 300 milhões de cruzeiros para as nações, o que causou a manchete de um jornal francês que divulgou a matéria: "A Esmolá da Elf Aquitaine aos Índios da Amazônia".

Desde as primeiras horas da manhã, o índio Munduruku Francisco Cardoso já esperava a chegada do presidente da FUNAI prevista para às 13:00 horas assim como das autoridades empresariais envolvidas no caso. Utilizando colares do artesanato de seu povo, Chiquinho tinha uma preocupação relacionada com a influência da entrada do dinheiro entre seu povo.